



PPP que funciona é PPP tucana

Síntese: *Sete anos depois de terem sido regulamentadas no país, as Parcerias Público-Privadas ainda não decolaram em âmbito federal. Até agora, apenas uma iniciativa saiu do papel. Em contrapartida, os estados, principalmente os governados pelo PSDB, têm cada vez mais lançado mão da modalidade: há 17 PPP regionais em andamento, cujos investimentos somam R\$ 7,4 bilhões, e uma carteira em expansão. A frustração não seria tão grande se o Estado brasileiro usasse sua capacidade de investir para alavancar o desenvolvimento do país e não impusesse tantas travas ao empreendimento privado.*

O governo do PT fracassou na implantação de Parcerias Público-Privadas (PPP) em obras federais no país. Passados sete anos desde que foi sancionada a lei brasileira que regulamenta esta modalidade de investimentos, somente uma iniciativa saiu do papel. Quem de fato tem se destacado na adoção de parcerias têm sido os estados, que já firmaram 17 PPP e se preparam para expandir ainda mais a carteira. Para o contribuinte, o benefício é duplo: investimentos efetivos na melhoria da qualidade de vida e menores dispêndios de recursos públicos.

As PPP são largamente utilizadas em países mais desenvolvidos. Por meio deste instrumento, particulares financiam, executam e operam determinado empreendimento. O setor público entra remunerando o investidor privado com base em metas de desempenho. Trata-se de um meio termo entre a realização da obra com financiamento totalmente público e a concessão integral à iniciativa privada. As parcerias são especialmente indicadas para negócios que trazem retornos financeiros, mas não o suficiente para cobrir os aportes iniciais.

Bem empregadas, as PPP podem ser uma valiosa ferramenta para que o país supere suas deficiências em infraestrutura. Quando a lei brasileira foi sancionada, em 30 de dezembro de 2004, a expectativa era que houvesse um *boom* de novos empreendimentos unindo Estado e iniciativa privada, principalmente em ações voltadas a portos, aeroportos, estradas, metrô e saneamento. Hoje, a frustração é generalizada: o governo federal só conseguiu fechar um contrato, para a construção de um data center em Brasília.

Há outras sete PPP federais em estudo, mas nenhuma possui perspectivas concretas de se tornar realidade no curto prazo. Estão na fila o Sistema Geoestacionário Brasileiro, a Rede de TV Pública Digital e projetos de irrigação na Bahia (Baixio do Irecê e Salitre). Há, também, um plano para estender as parcerias a unidades de conservação florestais.

O governo petista não tem, porém, conseguido transpor a distância entre intenção e ação. A burocracia estatal simplesmente não tem se mostrado hábil em dar andamento a projetos complexos e minuciosos com capacidade de atrair a iniciativa privada. Esta inaptidão explica o naufrágio da primeira PPP licitada em âmbito federal: o projeto de irrigação do Pontal, em Petrolina (PE), que teve edital publicado em setembro de 2010. O único concorrente não

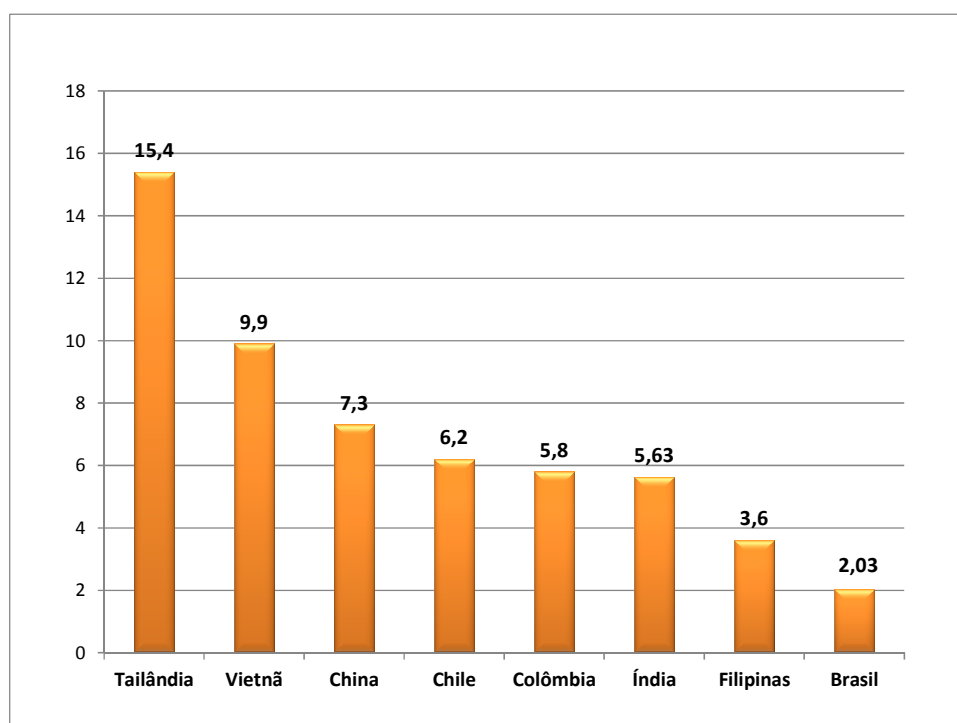
apresentou as garantias devidas e o Ministério da Integração Nacional está tendo de refazer o projeto, envolto em sérios problemas de concepção.

Estados eficientes

Por outro lado, as administrações estaduais já contrataram 17 PPP, cujo investimento previsto alcança R\$ 7,4 bilhões. Existem, ainda, outros 21 projetos prestes a serem efetivados em diversas unidades da Federação. Os governos tucanos de Minas e São Paulo saíram na frente e respondem hoje por sete destas bem-sucedidas parcerias público-privadas – e 80% do valor total.

O governo paulista fechou parcerias de R\$ 2,7 bilhões para expandir seu sistema de transporte metropolitano sobre trilhos – linha 4 do Metrô e linha 8 da CPTM – e para ampliar o Sistema Produtor de Água do Alto Tietê, que, em apenas dois anos, elevou em 50% a capacidade de produção de água tratada para a Grande São Paulo. A gestão Alckmin prepara-se agora para pôr na rua uma lista de novos projetos, que atingem R\$ 60,5 bilhões em investimento, a serem feitos por meio de PPP.

Investimentos públicos em infraestrutura (em % do PIB)



Fonte: Banco Mundial

Já os mineiros foram os primeiros a ver uma PPP em operação no país: a rodovia MG-050, ainda em 2007. A modalidade também foi empregada na reforma do Mineirão, na construção de um complexo prisional com capacidade para 3 mil detentos, ambos a serem inaugurados em 2012, e na implantação de quatro Unidades de Atendimento Integrado, estruturas que juntam a prestação de vários serviços públicos num único local. As PPP mineiras somam R\$ 3,2 bilhões.

A Copa de 2014 colaborou para impulsionar outras PPP estaduais, como a da construção do estádio das Dunas, em Natal; do Castelão, em Fortaleza; da Arena Multiuso de Recife e da Fonte Nova, em Salvador. Fora da área esportiva,

há, ainda, duas PPP em andamento na Bahia: o Hospital do Subúrbio e o Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe. Pernambuco também conta com o sistema viário da Praia de Paiva e o Distrito Federal toca o conjunto habitacional do Mangueiral e o novo Centro Administrativo por meio de PPP.

Além das PPP, há outros tipos de sociedade com a iniciativa privada que podem ser implantadas no Brasil, como as Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDP). O Ministério da Saúde tenta emplacar 24 parcerias nesse modelo para produzir medicamentos. Mas a única linha que já entrou em operação é ligada ao governo Anastasia, em Minas: o consórcio entre Blanver-Nortec e a pública Fundação Ezequiel Dias começou, neste ano, a produzir antirretrovirais para tratamento de HIV e hepatite B, com economia de até 40% nos custos.

Paralisia federal

Em maio deste ano, ao instalar a Câmara de Política de Gestão, Desempenho e Competitividade, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a saída para os desafios do país passa pelas parcerias entre governo e empresários. Meras palavras. A verdade é que o Planalto nunca soube tratar do tema adequadamente. Soma-se a isso a evidente má vontade de parcela da burocracia federal em relação a investimentos privados e o ranço ideológico que viceja entre petistas em relação a tudo o que se assemelha a privatizações.

O problema não seria tão grave se o Estado brasileiro efetivamente usasse sua capacidade de investir para alavancar o desenvolvimento do país. Não é o que acontece: neste ano, apenas 58% dos R\$ 108 bilhões previstos nos orçamentos da União e das estatais foram executados até outubro. Também não seria tão preocupante se investidores privados não encontrassem tantas travas pela frente na hora de implantar um novo empreendimento.

Entre as alternativas para que as PPP sejam destravadas, especialistas sugerem a criação de um fundo garantidor para os aportes privados e a ampliação do limite de 3% da receita corrente líquida dos estados e municípios para investimentos, respeitados os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também são necessários melhores marcos regulatórios, projetos mais bem feitos, pessoal mais bem qualificado e redução da burocracia.

As Parcerias Público-Privadas são complexas, exigem competência dos entes públicos e disposição dos empreendedores, mas são uma alternativa imprescindível para tirar do papel dezenas de obras urgentemente necessárias ao Brasil. Elas poderiam combinar a agilidade da iniciativa privada com a segurança do setor público, além de colaborar para diminuir os custos de financiamento. Infelizmente, porém, este potencial ainda está longe de ser bem aproveitado no país.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 – 17º andar – Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br